



GT 022. Antropologia, Estado e mobilização indígena

Kelly Emanuelly de Oliveira (Universidade Federal da Paraíba) - Coordenador/a, Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza (UPE) - Coordenador/a, Hosana Celi Oliveira e Santos (Universidade Federal de Pernambuco) - Debatedor/a

O grupo de trabalho se propõe a estudar as possibilidades de ação de povos e organizações indígenas na atualidade, frente à garantia de direitos étnicos na esfera nacional e internacional. Propomos discutir as estratégias que os grupos indígenas vêm executando para se posicionarem politicamente frente aos sucessivos ataques pela via do poder público, seja na proposição de Leis contra direitos étnicos, na inoperância frente a sucessivas violências impetradas contra os povos indígenas ou pela criminalização de lideranças políticas. Por outro lado, tencionamos aprofundar o próprio fazer antropológico como via de ação política em defesa dos direitos étnicos.

Repressão estatal democrática contra povos indígenas brasileiros e colombianos

Autoria: Elizabeth del Socorro Ruano Ibarra

O work analisa, em perspectiva histórica e comparada, os repertórios de repressão estatal contra os povos indígenas. A noção de repertório refere rotinas aprendidas, compartilhadas e encenadas mediante processos de escolha relativamente deliberados. A teoria política clássica, defende que a democracia diminui a repressão estatal e, conseqüentemente gera condições suficientes para o respeito efetivo de direitos. Porém, estudos recentes revelaram que a repressão democrática observada em países de América Latina supera a média de regimes autocráticos. Os clássicos sobre a repressão estatal priorizaram a integridade física, nessa trilha, as desapareções, torturas e homicídios extrajudiciais emergiram como indicadores desse fenômeno. Embora essa literatura seja escassa e pouco sistematizada revela sua gravidade perante o reposicionamento governamental de cunho conservador. Complementarmente, os direitos humanos exigem reflexão sobre as múltiplas formas de violência estatal democrática e sua persistência, principalmente, contra povos marginalizados e subalternizados. A partir de revisão bibliográfica e documental objetiva-se explorar dito fenômeno nas suas interfaces com as mobilizações pela afirmação de direitos. Como pressupostos analíticos se defende que essa repressão corrobora conflitos históricos que limitam o exercício democrático e que a violência estatal, na sua multiplicidade de expressões, opera eficazmente na contenção da mobilização social. Entre os resultados da pesquisa se destacam formas padronizadas e semelhante de intimidação estatal na Colômbia e no Brasil. A repressão acionada por instituições policiais - SMAD, na Colômbia, e Força Nacional, no Brasil cuja mística de violência física é amplamente conhecida - revela-se em seu caráter padronizado e não sempre limitada aos procedimentos administrativos e judiciais legitimados enquanto dispositivos ao serviço da segurança cidadã. A análise na perspectiva da padronização contribui para desnaturalizar práticas repressivas como o fato de que tais ações sejam iniciadas na madrugada porque nesse horário as pessoas estão menos sujeitas a esboçar reação?. Há que se questionar também o uso e abuso de gás lacrimogênio e balas de borracha, ordens de prisão e/ou detenção principalmente das lideranças, exposição pública das lideranças judicializadas, apreensão e/ou destruição de pertences e destruição dos símbolos dos protestos como bandeiras, faixas, acampamentos, barricadas e bloqueios de estradas ou ruas. A análise dessas práticas torna-se prioritária para a compreensão da democracia nos países do continente no sentido de indagar sobre o caráter extra institucional e para-jurídico dessas práticas que parecem voltadas para grupos sociais específicos.



Realização:



Apoio:



Organização:

